



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 264579-8/01 – Comarca do Recife

Embargante: Ipanema Calçados Ltda.

Embargado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. AJUIZAMENTO EM TEMPO OPORTUNO. DEMORA NA CITAÇÃO. CULPA DO APARELHO JUDICIÁRIO. SÚMULA Nº 106 DO STJ. RECURSO DE AGRAVO UNANIMEMENTE IMPROVIDO. 1. Tendo sido o executivo fiscal pioneiro ajuizado em tempo oportuno, a demora na citação, por culpa exclusiva do aparelho judiciário, afasta a ocorrência de prescrição intercorrente, conforme claramente decidido. 2. Aclaratório improvido à unanimidade, sem vulneração da Súmula nº 106 do STJ, explicitamente prequestionada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo nº 264579-8/01, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 264579-8/01 – Comarca do Recife
Embargante: Ipanema Calçados Ltda.
Embargado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração diante do acórdão assim ementado:

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. PREVENÇÃO INOCORRENTE. EXECUÇÃO FISCAL. DEMORA NA PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS POR CULPA EXCLUSIVA DA MÁQUINA JUDICIÁRIA. EXTINÇÃO CORRETAMENTE ANULADA. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. Não há prevenção de relatoria anterior, quando o agravo de instrumento já se encontra julgado definitivamente. 2. Mérito. Tendo sido ajuizado o executivo fiscal de origem em tempo oportuno, a demora na prática de atos processuais por culpa exclusiva da máquina judiciária, não tem o condão de gerar prescrição intercorrente. 3. Inteligência da Súmula nº 106 do STJ. 3. Não vulneração do contido no art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80. 4. Recurso de agravo improvido à unanimidade (RA 264579-8/01, 2ª CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 07/02/2013).

Segundo o embargante, a decisão teria sido omissa no tocante ao prazo prescricional, em razão do transcurso de mais de 5 (cinco) anos entre a data da constituição definitiva do crédito e a citação pessoal do devedor, nos termos do art. 174, parágrafo único do CTN, vigente à época, antes do advento da LC nº 118/2005, sem que haja aplicabilidade da Súmula nº 106 do STJ ao caso em concreto, diante de inércia da própria Fazenda exequente, requerendo, ao final, o prequestionamento explícito do contido na Súmula nº 106 do STJ, bem como, o provimento dos presentes aclaratórios, vindo em seguida os autos conclusos.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 264579-8/01 – Comarca do Recife
Embargante: Ipanema Calçados Ltda.
Embargado: Estado de Pernambuco.

VOTO

A questão devolvida ao conhecimento deste colegiado no caso em concreto diz respeito à ocorrência ou não de prescrição intercorrente referente ao crédito tributário.

Sem cabimento a tese de omissão alegada, pois ao se ajuizar uma ação, cabe ao Judiciário dar-lhe andamento de ofício, o que não se verificou adequadamente no caso concreto.

Na hipótese em apreciação, observo que a Fazenda Pública ajuizou a demanda em 19/04/1996, meses após a constituição definitiva do crédito, tendo o juízo *a quo* proferido despacho citatório em prazo inferior a 5 (cinco) anos da constituição do crédito.

Neste aspecto, não merece prosperar a alegação do ora embargante de que, como se passaram mais de cinco anos entre a data do ajuizamento da ação e o não cumprimento citatório, teria ocorrido a prescrição dos créditos executados, justamente porque não restou caracterizada a inércia da Fazenda Pública, devendo-se aplicar o enunciado da Súmula nº 106.

Embora ajuizado o executivo originário em tempo oportuno, anos se passaram e o juízo simplesmente não tomou as medidas necessárias para andamento do processo, nos termos da norma de regência, sendo a clara hipótese de aplicação do comando da Súmula nº 106 do STJ, conforme já decidido.

Feitas essas considerações, nego provimento aos presentes aclaratórios, não considerando vulnerado o disposto nos arts. 174, parágrafo único, do CTN, vigente à época, antes do advento da LC nº 118/2005 e 40, § 1º, da Lei nº 6.830/80 e da Súmula nº 106 do STJ.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator